



alvito
coração do alentejo

CADERNO DE ENCARGOS

Procedimento n.º AD 14/2020

Ajuste direto

Aquisição de bens móveis

**Aquisição e instalação de equipamento no âmbito do
projeto "Wi-Fi4EU"**

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal, a **Aquisição e instalação de equipamento no âmbito do projeto "WiFi4EU"**.

Cláusula 2.^a

Preço base

No âmbito do presente procedimento, o preço máximo que a Câmara Municipal de Alvito se dispõe a pagar pelo fornecimento, objeto do mesmo, é de 12.195,09€ (doze mil cento e noventa e cinco euros e nove cêntimos).

Cláusula 3.^a

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) - Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) - Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) - O presente Caderno de Encargos;
 - d) - A proposta adjudicada;
 - e) - Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.^a

Prazo

O contrato tem a duração de 1095 (mil e noventa e cinco) dias, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do fornecedor

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, neste Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens objeto do contrato devidamente legalizado à Câmara Municipal de Alvito, com todos os seus elementos que permitam a total operacionalidade do mesmo, tendo em conta a natureza e o fim a que se destina;
- b) Obrigação de garantir a formação necessária do bem objeto do contrato tendo em conta a natureza e os fins a que se destina;
- c) Obrigação de garantir um serviço de apoio ao cliente/ assistência técnica do bem objeto do contrato;
- d) Obrigação de garantia dos serviços identificados na sua proposta.
- e) Prestar as informações que lhe sejam solicitadas pela Câmara Municipal de Alvito;
- f) Comunicar à Câmara Municipal de Alvito, após a respetiva verificação, qualquer circunstância que possa condicionar o regular desenvolvimento da aquisição do bem.

Cláusula 6.^a

Objeto do dever de sigilo

1 - O fornecedor deverá guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Alvito, de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou em relação à execução do contrato.

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não poderão ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor dos serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.^a

Dever de proteção de dados

O prestador de serviços sobre a informação a que tem acesso, no âmbito da presente prestação de serviços, deve obedecer a toda a legislação em vigor relativa à proteção de dados, designadamente Regulamento EU 2016/679.

Secção II

Obrigações do contraente público

Cláusula 9.^a

Preço contratual

1- Pela aquisição do bem móvel objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações acessórias constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao fornecedor o preço contratual da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

Cláusula 10.^a

Condições de pagamento

O pagamento será efetuado até 60 dias após a data de emissão do respetivo documento de despesa, e desde que todas as condições definidas no presente caderno de encargos estejam integralmente cumpridas.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.^a

Penalidades

- 1** – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, nomeadamente no prazo indicado para a execução dos diversos serviços, por cada dia de atraso relativamente ao acordado, o fornecedor efetuará um desconto de 1% na fatura ou documento equivalente a emitir, excluindo o IVA.
- 2** – Se o incumprimento for de outra natureza, a Câmara Municipal de Alvito pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
- 3** – Na determinação da gravidade do incumprimento ter-se-á em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

Cláusula 12.^a

Força maior

- 1** — Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2** — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
- 3** — Não constituem força maior, designadamente:
 - a)** Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Cláusula 13ª

Resolução por parte do adjudicante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o incumprimento por parte do fornecedor, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite à Câmara Municipal de Alvito proceder à resolução do contrato, devendo para o efeitos transmitir a sua decisão por escrito.

2 – A resolução do contrato produz efeitos a partir da data que se fixar na respetiva notificação, sendo que esta data não poderá ser anterior à data da receção, pelo destinatário, da referida notificação.

3 - A resolução do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ou faltas ocorridos durante a execução do contrato.

Cláusula 14ª

Resolução por parte do fornecedor

1- Sem prejuízo de outros fundamentos previstos na lei, o incumprimento por parte da Câmara Municipal de Alvito, de forma grave ou reiterada, das obrigações que lhe incumbem permite ao fornecedor proceder à resolução do contrato, devendo para o efeito transmitir a sua decisão por escrito.

2- Caso seja fundamentada, a resolução do contrato produz efeitos 30 dias após a receção da respetiva notificação, salvo se o incumprimento se reporte a montantes em dívida já vencidos e nesta caso a Câmara Municipal de Alvito cumpra as obrigações em atraso, no prazo de 30 dias.

Capítulo IV

Disposições finais

Cláusula 15ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16ª

Comunicações e notificações

- 1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17ª

Resolução alternativa de litígios

- 1- Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, na sua fase de execução, fica estipulado seja feito através de arbitragem, enquanto meio de resolução alternativa de litígios, segundo o disposto no artigo 476º do CCP, quer eventualmente de outros meios de resolução alternativa de litígios, incluindo a negociação;
- 2- A resolução destes conflitos com recurso à arbitragem decorre nos termos da Arbitragem Voluntária, aprovada pela Lei nº 63/2011, de 14 de dezembro;
- 3- A existir um conflito na fase de execução do contrato, a resolução do mesmo ocorrerá no *Centro de Arbitragem Institucionalizado CAP – APMEP – Centro de Arbitragem em Contratos Públicos da Associação Portuguesa dos Mercados Públicos*, com expressa renúncia de qualquer outro e a solicitação da entidade adjudicante;

Cláusula 18.ª

Caução

Não é obrigatória a prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.º

Modificações ao contrato

São permitidas apenas modificações objetivas do contrato nos termos do disposto no artigo 312.º e 313.º do CCP.

Cláusula 20.º

Trabalhos Complementares

A existência de trabalhos complementares advém de situações imprevistas ou imprevisíveis competindo à Câmara Municipal de Alvito ordenar o fornecedor para a sua execução, aplicando-se para o efeito o disposto nos artigos 370.º a 375.º conjugado com o artigo 438.º do CCP.

Cláusula 21.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.ª

Casos Omissos

Os casos omissos resultantes deste Caderno de Encargos serão resolvidos, pela entidade competente para autorizar a despesa, ou de acordo com o regulamentado na legislação portuguesa.

Cláusula 23.ª

Gestor do Contrato

1 - A Câmara Municipal de Alvito designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

2 - A indicação do gestor do contrato, em nome da Câmara Municipal de Alvito deve constar do clausulado do contrato, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O prestador de serviços deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne ao contrato a executar, o qual servirá de interlocutor entre a Câmara Municipal de Alvito representada pelo gestor do contrato e o prestador de serviços.

4 - Para efeitos do cumprimento do exercício das funções do gestor do contrato o prestador de serviços deverá disponibilizar os contactos telefónicos e o endereço eletrónico do representante por si nomeado.

5 - O prestador de serviços está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.

6 - Caso se verifiquem situações anómalas na execução do contrato e com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o prestador de serviços notificado para regularização imediata das mesmas sob pena de entrar no regime de incumprimento do contrato.

Cláusula 24ª

Legislação aplicável

Em tudo o que o presente Caderno de Encargos for omissos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusulas Técnicas

“Fornecimento e instalação de equipamento no âmbito do projeto "WiFi4EU”

Pretende-se a instalação de uma infraestrutura, para concretização do projeto WIFI4EU, em conformidade com toda a legislação e normas em vigor da União Europeia, sobre este tema, nomeadamente, as especificações técnicas para os equipamentos, especificadas na secção 6.2.2 do convite à apresentação de candidaturas e no artigo I.2 do anexo I da convenção de subvenção assinada entre os municípios e a Comissão Europeia.

A solução proposta deverá contemplar todo o hardware e licenciamento necessário para colocação da solução em pleno funcionamento, nos termos e condições exigidas pelo projeto Wifi4EU, nomeadamente serviços de suporte, segurança, Licenciamento Cisco CMX e Cisco Prime ou equivalente para os 3 anos de vigência do projeto, devendo no entanto ser garantido que ao fim dos 3 anos, toda a solução se mantém funcional.

Pressupostos

O prestador de serviços deverá ter em conta os seguintes pressupostos:

1. A solução proposta deverá incluir o fornecimento, instalação e configuração de todos os equipamentos apresentados no ponto 5, assim como, todos os materiais necessários.
2. A solução proposta deverá incluir suporte técnico e manutenção da infraestrutura implementada pelo período de três anos.
3. Os equipamentos devem exibir o logótipo WiFi4EU, em conformidade com a INEA (<https://ec.europa.eu/inea/en/connecting-europe-facility/cef-telecom/wifi4eu>)
4. Locais de implementação

Freguesia de Alvito	
	Piscina Municipal
	Biblioteca Alvito
	Gabinete Técnico 1º andar
Freguesia de VN Baronia	
	Parque Infantil/Casa do Povo
	Creche (escola)

5. A solução proposta deverá prever os seguintes pontos de acesso, incluindo as respetivas antenas:

6 x Pontos de acesso externo, com as seguintes características mínimas:

- Banda de frequência 2.4 GHz, 5 GHz;
- Ponto de acesso sem fios;
- 802.11ac Wave 2;
- 802.11a/b/g/n/ac Wave 2;
- Dual Band;
- Modo autenticação: X.509 certificados, Extensible Authentication Protocol (EAP);
- Algoritmo de encriptação LEAP, AES, TLS, PEAP, TTLS, WPA, WPA2;
- Taxa de transferência de dados: 1.3 Gbps;
- Protocolo de transporte/rede: L2TP, IPSec;
- Interfaces: 1 x 1000Base-T - RJ-45 (WAN); 1 x - SFP (mini-GBIC); 1 x gestão - RJ-45; 4 x antena - F connector

6 x Ponto de Acesso Interno, com as seguintes características mínimas:

- 802.11ac Wave 1 e Wave 2;
- Providenciar largura de banda até 1.7 Gbps;
- Providenciar múltiplas ligações de clientes 802.11ac Wave 2 com transmissão de dados em simultâneo para todos;
- Suporte para redes de Alta Densidade de forma a proporcionar uma melhor experiência ao utilizador;
- Detecção e bloqueio de sinais externos, que possam interferir com o AP;
- Antenas integradas com suporte para MIMO 4x4 (Single User ou Multiple User);
- Gestão centralizada, através de controladora da mesma marca;
- Suporte para 2.4GHz e 5GHz em simultâneo;
- Interligações: 1 x 10/100/1000BASE-T autosensing (RJ-45), com suporte a Power over Ethernet (PoE); 1 x 10/100/1000BASE-T autosensing (RJ 45), AUX (Usado para agregação de ligações); Consola de Gestão (RJ-45); USB 2.0;
- Memória 1 Gb Dram; 256 Mb Flash;

A implementação deste projeto de modernização, tem como principal objetivo fomentar a interação entre município e cidadãos.

Assim sendo, e tendo em conta a importância da gestão e tratamento da informação para tomar decisões acertadas, deverá ser proposto um software de arquitetura modular.

Com base no modelo apresentado, a infraestrutura de rede, deverá proporcionar dados que serão transformados em informações analíticas, que por sua vez aplicadas em políticas de rede e serviços, serão um apoio fundamental à gestão e otimização do negócio. Deverá ser uma solução ágil, rápida e segura. A rede Wifi deverá ser utilizada como sensor e coletor de informação dos dispositivos móveis.

Para além da solução supra pretendida, deve ser ainda considerada a necessidade de todo o software indispensável para o correto funcionamento da solução proposta.

Alvito, 24 de julho de 2020

O Presidente,

**ANTONIO JOAO
FEIO VALERIO**

Assinado de forma digital por
ANTONIO JOAO FEIO VALERIO
Dados: 2020.07.24 11:06:31
+01'00'

/Dr. António João Valério/